

TSPE
261
M

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação 3ª Vara Cível da Comarca de Cível nº: 0306523-8 Paulista/PE.

Agravante: Bradesco Saúde S/A

Agravado: Carlos Augusto Bezerra

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Rel. Subst.: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Acórdão

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA NOS TERMOS DO CAPUT DO ART. 557, DO CPC. RECURSO DE APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. PRÓTESES. RECUSA INJUSTIFICADA DE COBERTURA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. MERA REPETIÇÃO DOS FUNDAMENTOS JÁ APRESENTADOS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. A orientação jurisprudencial desta Corte é firme no sentido de que é abusiva, mesmo para os contratos celebrados antes da Lei 9.656/98, a cláusula contratual que exclui da cobertura a colocação de próteses necessárias ao restabelecimento da saúde do segurado. Incidência da Súmula nº 54 do TJ/PE.

2. A recusa indevida ou injustificada, pela operadora de plano de saúde, em autorizar a cobertura financeira de tratamento médico, ou os materiais necessários, a que esteja legal ou contratualmente obrigada, enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário. Caracterização de dano moral *in re ipsa*. Precedentes.

3. É possível a intervenção desta Corte, para reduzir ou aumentar o valor indenizatório por dano moral, apenas nos casos em que o quantum arbitrado pelo Acórdão recorrido se mostrar irrisório ou exorbitante, situação que já se configurou no caso em tela. Manutenção da redução do valor da indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

4. Inexistência de fatos novos, ou diversos, neste agravo legal, tendentes a provocar mudança no juízo original a ponto de reconsiderar a decisão recorrida. Manutenção, por seus próprios fundamentos, da decisão monocrática que negou seguimento ao Recurso de Apelação interposto pela agravante.

5. Recurso de Agravo ao qual se **NEGA PROVIMENTO**. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0306523-8**, em que figuram como agravante **Bradesco Saúde S/A** e, como agravado, **Carlos Augusto Bezerra**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo interposto, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de

de 2014

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto

fwsd



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação 3ª Vara Cível da Comarca de Cível nº: 0306523-8 Paulista/PE.

Agravante: Bradesco Saúde S/A

Agravado: Carlos Augusto Bezerra

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Rel. Subst.: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relatório

O agravante se insurge contra a decisão terminativa monocrática de fls. 201/207 dos autos, que, com fulcro no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, deu provimento parcial ao recurso de apelação interposto pelo agravante apenas e exclusivamente para reconhecer como excessiva e exorbitante a quantia arbitrada na sentença recorrida a título de indenização por danos morais, e reduzi-la ao valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mantendo, contudo, inalterada, quanto aos seus demais fundamentos, a referida decisão proferida nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais nº 0001804-03.2011.8.17.1090.

Em suas razões recursais (fls. 210/225), o agravante alega, em suma, a inaplicabilidade do art. 557 do CPC no caso dos autos, a ausência de cobertura securitária para os casos de prótese e órtese dispostos expressamente no contrato celebrado entre as partes; a inaplicabilidade da Lei nº 9.656/98; a ausência de violação ao Código de Defesa do Consumidor no plano de saúde contratado e a ausência de responsabilidade civil, seja por ausência de ato ilícito, de dano ou ainda, de nexo de causalidade.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este recurso de agravo à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto

fwsd

TIPE
265
1

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação 3ª Vara Cível da Comarca de Cível nº: 0306523-8 Paulista/PE.

Agravante: Bradesco Saúde S/A

Agravado: Carlos Augusto Bezerra

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Rel. Subst.: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Voto

Apreciando objetivamente este recurso, até porque a controvérsia é de fácil deslinde, registro que ao proferir a decisão terminativa monocrática agravada, dei provimento parcial à pretensão do presente Recurso de Apelação, com fulcro no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, por entender que a pretensão do réu, ora agravante, pela ausência de cobertura securitária, ao se abster de fornecer os materiais necessários para a cirurgia de colocação da prótese solicitada pelo autor, ora agravado, é manifestamente improcedente e em confronto com jurisprudência dominante nos tribunais superiores.

De preâmbulo, quanto à suposta inaplicabilidade do art. 557 do Código de Processo Civil ao caso dos autos, ressalto que a suposta dissidência jurisprudencial referida pelo recorrente se lastreia em decisões visivelmente obsoletas, a saber, o AgRg nos EDcl no Ag 784.310/RS (julgado em 09.08.2007, publicado em 27.08.2007), REsp. 319.707/SP (julgado em 07.11.2002, publicado em 28.04.2003) e REsp 185143/CE (julgado em 07.12.2000, publicado em 09.04.2001), ou seja, todos anteriores a 2008, enquanto a decisão recorrida colaciona diversos julgados, **todos do ano de 2013**, que demonstram a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, razão pela qual a decisão agravada não merece qualquer reforma.

Com efeito, na decisão agravada observei que a jurisprudência desta Corte de Justiça, bem como do Superior Tribunal de Justiça - STJ, é pacífica no sentido de considerar **abusiva a cláusula contratual de contrato de plano de saúde que expressamente exclui da cobertura contratual o fornecimento de prótese ou órtese**, uma vez que esta restringe um direito fundamental inerente à natureza do contrato, como previsto no inc. III, do § 1º, do art. 51 do Código de Defesa do Consumidor.

Compulsando os presentes autos, constato que as razões de mérito apresentadas pelos recorrentes em nada acrescentaram àquelas constantes na peça de contestação de fls. 75/99, bem como da apelação de fls. 157/175, com exceção apenas da pretensão pela redução do valor da indenização por danos morais, o qual, aliás, já foi minorado pela decisão monocrática à qual ora se recorre, sem, contudo, que o agravante deduza nas razões do presente recurso de Agravo qualquer fundamento novo, ou diverso, daqueles já apreciados.

Não por demais, cuido em acrescentar aos precedentes transcritos oportunamente na decisão agravada, dois outros que ilustram o posicionamento majoritário desta Corte de Justiça, ambos recentes, sendo um deles ainda do corrente ano:

TIPO
266
M

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. PRÓTESES. RECUSA INJUSTIFICADA DE COBERTURA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, é abusiva a recusa em conferir cobertura securitária para indenizar o valor de próteses necessárias ao restabelecimento da saúde do segurado. 2. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 172.382/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 31/03/2014) - [destaquei]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. LEI Nº 9.656/98. IRRETROATIVIDADE. RECUSA INJUSTIFICADA DE COBERTURA DE TRATAMENTO MÉDICO. DANO MORAL. 1. A orientação jurisprudencial desta Corte é firme no sentido de que é abusiva, mesmo para os contratos celebrados antes da Lei 9.656/98, a cláusula contratual que exclui da cobertura a colocação de próteses necessárias ao restabelecimento da saúde do segurado. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 290.063/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 20/11/2013) - [destaquei]

O agravante, portanto, não apresenta nenhum argumento novo apto a modificar o entendimento já firmado através da decisão terminativa monocrática prolatada por este relator, hipótese que se enquadra no entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça de que a decisão deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, a saber:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCUMBÊNCIA DO RECORRENTE DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONDUTA TÍPICA. DOLO EVIDENCIADO. SANÇÃO. FIXAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ELEMENTOS CONCRETOS. DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Fundando-se a decisão agravada em ausência de respaldo ao recurso especial, incumbe ao agravante demonstrar o cabimento legal da impugnação. Não é suficiente a mera repetição dos argumentos aduzidos no apelo extraordinário, bem como a alegação de fundamentação genérica, a impossibilitar a infirmação, por meio do agravo, das razões do desacerto da inadmissão do recurso especial. 2. A ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial impede o conhecimento do agravo de instrumento, atraindo por analogia a Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (...) 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1390467/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2011, DJe 01/06/2011) - [Destaquei]

Ante o exposto, voto por **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo interposto por **Bradesco Saúde S/A**, para manter intacta a decisão terminativa recorrida que deu provimento parcial ao Recurso de Apelação interposto pelo recorrente.

É como voto.

Recife, 2^a de maio de 2014.


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto

fwsd